nico de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Despacho n.º 26 564/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 13 de Dezembro de 2005:

Maria Augusta Matos, José António da Silva Malveiro, Paula Alexandra Rodrigues Gaspar, Ângela Maria Branco Bernardo Palma, Maria de Fátima Correia Teixeira Rede, Maria Rosário Costa Ferreira Ramos dos Santos, Ana Cristina Ferreira Palma, Maria Adelinha Duarte dos Santos Rego Oliveira Fresco, assistentes administrativos principais do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do ex-Ministério do Trabalho e da Solidariedade — nomeados definitivamente, na sequência de concurso, assistentes administrativos especialistas do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança

Declaração n.º 266/2005 (2.ª série). — No uso das competências delegadas pela directora-geral da Segurança Social, da Família e da Criança, proferidas pelo despacho n.º 13 968/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 15 de Julho de 2004, declaro que o acto de nomeação como técnicas superiores de 1.ª classe das licenciadas Ana Mafalda de Magalhães e Menezes Nunes Pereira Kopke Esteves, Teresa Rita Afonso de Almeida Santos e Fernanda Mendes Marques Fernandes, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Janeiro de 2005, despacho (extracto) n.º 571/2005 (2.ª série), foi revogado por despacho de 29 de Novembro de 2005 da directora-geral da Segurança Social, da Família e da Criança.

7 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Repartição, *Maria Celeste Jacinto Monteiro*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 26 565/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no coordenador da área de administração e património dos serviços centrais, licenciado António Pimentel Aguiar.* — 1 — Nos termos do disposto, conjuntamente, no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 7.º, n.º 2, dos Estatutos do actual Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e no artigo 2.º, n.º 5, do regulamento do pessoal dirigente e de chefia do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovado pelo despacho n.º 11 464/2001, do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 30 de Maio de 2001, na sua versão actualizada, e no uso das competências que me foram conferidas pela deliberação n.º 970/2005, do mesmo conselho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 137, de 18 de Julho de 2005, subdelego no licenciado António Pimentel Aguiar, coordenador da área de administração e património dos serviços centrais, a competência para, no respectivo âmbito material e geográfico de intervenção:

1.1 — Autorizar a realização de despesas com a locação e a aquisição de bens e serviços até ao montante da consulta prévia, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

1.2 — Autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas até ao montante do ajuste directo, nos termos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 8 de Junho;

1.3 — Autorizar, nos casos e até aos limites previstos nos n.ºs 1.1 e 1.2, a escolha prévia do tipo de procedimento e as respectivas propostas de constituição do júri ou comissão, proceder à respectiva adjudicação e aprovar as minutas de contratos cujo valor não exceda esse montante, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, excepto nos casos de contratação de prestação de serviços em regime de tarefa e avença;

1.4 — Autorizar a publicação de anúncios relativos a procedimentos de contratação e proceder ao respectivo pagamento;

1.5 — Homologar os autos de recepção provisória e definitiva relacionados com a execução de obras na sequência de concursos limitados;

1.6 — Autorizar a restituição de valores referentes a garantias bancárias na sequência de autos de recepção definitiva;

1.7 — Autorizar a publicação de anúncios relativos a procedimentos de contratação e proceder ao respectivo pagamento;

1.8 — Autorizar a realização de despesas de correio, telefone, franquias postais, água, luz, combustível e rendas, bem como as provenientes de contratos de assistência, de limpeza e de vigilância;

1.9 — Autorizar a actualização de taxas camarárias, de rendas e de pagamentos resultantes de protocolos, desde que a mesma resulte da lei;

1.10 — Emitir recibos de rendas pagas pelos inquilinos de imóveis que sejam propriedade do Instituto da Segurança Social, I. P., ou outros;

1.11 — Autorizar a realização e o pagamento de despesas de transporte, com a reparação de viaturas e com a aquisição de peças e lubrificantes, até ao limite máximo de € 1250;

1.12 — Autorizar a utilização de viaturas e a cedência de motorista;

1.13 — Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido autorizada superiormente.

2 — Mais subdelego, no que concerne ao pessoal afecto aos respectivos serviços, os poderes necessários para:

2.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

2.2 — Aprovar os mapas de férias do pessoal sob sua dependência hierárquica e autorizar as respectivas alterações, bem como o início do gozo de férias e a sua acumulação com as do ano seguinte, por conveniência de serviço;

2.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do mapa de férias e o seu gozo interpolado, bem como a concessão do período complementar de cinco dias de férias a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

2.4 — Afectar o pessoal na área dos respectivos serviços, facilitando a respectiva mobilidade; e

2.5 — Autorizar as deslocações em serviço, bem como a realização de trabalho extraordinário, em dia de descanso semanal e feriados, nos termos da lei aplicável e das orientações definidas pelo conselho directivo.

3 — O presente despacho entra imediatamente em vigor, e, por força dele e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos entretanto praticados pelo dirigente referido no âmbito das matérias abrangidas pela presente subdelegação de competências.

24 de Novembro de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *José Silva e Sá*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde

Despacho n.º 26 566/2005 (2.ª série). — A Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto, regula e disciplina a actividade profissional de odontologia.

O artigo 6.º prevê que o Conselho Ético e Profissional de Odontologia (CEPO) funciona sob a tutela do Ministro da Saúde e fixa a sua composição enquanto que o artigo 7.º define as respectivas competências.

Na sequência da publicação da referida Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto, foi fixada, pelo despacho n.º 6370/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 24 de Março de 2005, alterado pelo despacho n.º 14 232/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 28 de Junho de 2005, a composição do Conselho Ético e Profissional de Odontologia, cuja constituição se impõe rever.

Assim, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto, determino:

1 — O Conselho Ético e Profissional de Odontologia tem a seguinte composição:

- Prof. Doutor Manuel Fontes de Carvalho, da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, que preside;
- Prof. Doutor João Aquino Marques, da Ordem dos Médicos Dentistas;
- Dr. Pedro Manuel Mendes Henriques Nunes, da Ordem dos Médicos, na qualidade de seu bastonário;
- Alfredo de Jesus de Carvalho Lima, António dos Santos Mendes e José Clemente da Costa, representantes dos odontologistas.

2 — É revogado o despacho n.º 6370/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 24 de Março de 2005, alterado pelo despacho n.º 14 232/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 28 de Junho de 2005.

24 de Novembro de 2005. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 11 831/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 16/2002, de 22 de Fevereiro (entretanto revogadas pela Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto), torna-se público que, por despacho de 18 de Novembro de 2005 da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, no âmbito do processo de acreditação profissional dos odontologistas, Mário Luís de Matos foi acreditado como odontologista, com efeitos reportados a 22 de Novembro de 2002.

18 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

Aviso n.º 11 832/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 16/2002, de 22 de Fevereiro (entretanto revogadas pela Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto), torna-se público que, por despacho de 18 de Novembro de 2005 da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, no âmbito do processo de acreditação profissional dos odontologistas, Miguel Ângelo Portela Costa Gouveia foi acreditado como odontologista, com efeitos reportados a 22 de Novembro de 2002.

18 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 26 567/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no Dr. Augusto José Azevedo Figueiredo Fernandes, assistente graduado em medicina geral e familiar, nos dias 2, 5 e 7 de Dezembro de 2005, as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 19 675/2005 (2.ª série), de 23 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005.

30 de Novembro de 2005. — A Directora do Centro de Saúde de Lousã, *Maria Augusta Mota Faria da Conceição*.

Administração Regional de Saúde do Norte

Despacho n.º 26 568/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Outubro de 2005 a coordenadora Dr.ª Delfina Antunes, do Centro Regional de Saúde Pública do Norte, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 286/99, de 27 de Julho, conjugado com o artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delega nos adjuntos para os distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real as seguintes competências:

- Orientar, coordenar e apoiar a execução dos programas das actividades dos delegados concelhios de saúde do respectivo distrito;
- Fazer cumprir as normas que tenham por objecto a defesa da saúde pública, requerendo, quando necessário, o apoio das autoridades administrativas e policiais;
- Prestar a colaboração que lhes seja solicitada pela Administração Regional de Saúde do Norte, dentro da sua competência;
- Levantar autos relativos às infracções, instruir os respectivos processos e aplicar coimas de acordo com a lei, solicitando, quando necessário, o concurso das autoridades administrativas e policiais, para o bom desempenho das suas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados.

25 de Novembro de 2005. — A Coordenadora e Delegada Regional, *Delfina Antunes*.

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

Despacho (extracto) n.º 26 569/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do coordenador da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo, no âmbito da competência delegada, foi autorizada a afectação, na sequência do processo de mobilidade interna publicado em boletim informativo n.º 22, de 6 de Julho de 2005, dos seguintes funcionários:

Do quadro do Centro de Saúde de Paredes de Coura para o quadro do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez:

Maria Elisabete Pereira Fernandes, assistente administrativa principal.

Do quadro do Centro de Saúde de Ponte da Barca para o quadro do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez:

Benvinda do Rosário de Sousa Fernandes Soares, assistente administrativa principal.

Do quadro do Centro de Saúde de Valença para o quadro do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez:

Maria Angelina Rodrigues Araújo, assistente administrativa.

Do quadro do Centro de Saúde de Monção para o quadro do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez:

Maria de Lurdes Aragão Rodrigues Araújo, assistente administrativa.

Do quadro do Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira para o quadro dos Serviços Centrais:

Diana dos Anjos Araújo Alheira, assistente administrativa.

Do quadro do Centro de Saúde de Valença para o quadro dos Serviços Centrais:

Maria Alberta Esteves, assistente administrativa.
Manuel Armando Alves Correia, assistente administrativo.

Do quadro do Centro de Saúde de Viana do Castelo para o quadro dos Serviços Centrais:

Ivone da Conceição Rodrigues Pereira, assistente administrativa.

6 de Dezembro de 2005. — Pelo Coordenador, o Director dos Serviços de Administração, *António L. Maciel Pires*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Joaquim Urbano

Aviso n.º 11 833/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano de 1 de Setembro de 2005, foi autorizada a abertura de concurso interno geral de acesso na categoria de auxiliar de acção médica principal, pelo prazo de 10 dias, para o provimento de 10 lugares de auxiliar de acção médica principal do quadro de pessoal do Hospital de Joaquim Urbano, aprovado pela Portaria n.º 832/92, de 28 de Agosto, sendo uma quota de 9 lugares para pessoal do quadro deste Hospital e uma quota de 1 lugar para pessoal de outros serviços e instituições.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para as vagas postas a concurso, extinguindo-se com o provimento das mesmas.

3 — Local de trabalho, remuneração e regalias sociais — o local de trabalho é no Hospital de Joaquim Urbano, sito à Rua de Câmara Pestana, na cidade do Porto, e o vencimento é o previsto para a categoria de auxiliar de acção médica principal no Decreto-Lei n.º 231/92, de 21 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 413/99, de 15 de Outubro, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e demais legislação complementar, sendo as regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 231/92, de 21 de Outubro, na sua forma actualizada pelo Decreto-Lei n.º 413/99,